

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



MARCOS ANDRÉ SOUZA TEIXEIRA

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA:

A História e Perspectivas Atuais

Rio de Janeiro, RJ

2020

MARCOS ANDRÉ SOUZA TEIXEIRA

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA:

A História e Perspectivas Atuais

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do título em Licenciatura em Letras: Português e Inglês.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Eugênia Lammoglia Duarte

Rio de Janeiro, RJ

2020

Autorizo a reprodução total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: TEIXEIRA, Marcos André Souza

Título: Nomenclatura Gramatical Brasileira: a história e perspectivas atuais

Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura
em Letras: Português e Inglês da Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovado em

Banca examinadora

Profº Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profº Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profº Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Rio de Janeiro

2020

Dedico este trabalho a Deus, que tem guiado os meus passos por toda minha vida. Baseado em minha fé nEle, consegui chegar até este momento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me permitiu atravessar todo este processo da graduação cumulativamente com dois empregos.

A meu pai José Januário Teixeira, que desde sempre é meu grande exemplo de homem.

A minha mãe Santila Souza Teixeira (*in memoriam*), que me incentivou aos estudos com estímulos e muito amor.

A minha esposa Leonela Cristina, que tem sido meu grande suporte e incentivadora na jornada acadêmica e na vida diária.

A meus filhos, Miguel André e Michelle Cristina, que representam a expressão maior do meu amor, a quem deixo o conselho para se esmerar na busca por seus objetivos.

A meus irmãos e toda minha família, pelo encorajamento e amizade.

Aos colegas de trabalho, pela compreensão e apoio dados para minha ida às aulas.

Aos colegas de graduação, com os quais dividi o esforço e o sonho.

Aos professores, que desempenharam papel fundamental em meu aprendizado.

Em especial a minha orientadora Maria Eugênia Lammoglia Duarte, que desde a graduação me acolheu como a um filho e tem demonstrado interesse, paciência e brilhantismo no processo de composição desta monografia.

“Se te mostrares frouxo no dia da angústia, a tua
força será pequena.” (SALOMÃO; Provérbios;
24, 10)

RESUMO

Neste trabalho temos o objetivo de trazer uma reflexão sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira, a NGB. Entendemos ser importante conhecer um pouco de sua história, seus bastidores, suas motivações. Acreditamos que muitos se questionam sobre como foi criada a nomenclatura que dá a terminologia oficial do ensino de gramática do Português Brasileiro. Por isso, trazemos os principais acontecimentos que contextualizaram o momento histórico da publicação do documento oficial. Ainda tivemos a preocupação em mostrar o que pensam as grandes mentes do ensino de gramática contemporâneos a respeito da NGB. Trazemos algumas opiniões deles sobre a relevância ou irrelevância da nomenclatura, com a preocupação em explicar que a nomenclatura nada tem a ver com norma. Por fim, pareceu-nos de extrema importância mostrar aspectos da nomenclatura que entram em conflito não só com alguns conceitos tradicionais mas com estudos teóricos recentes da área de sintaxe. Assim, esperamos que o leitor possa se inteirar dos aspectos concernentes à nomenclatura gramatical desde sua elaboração no passado até a necessidade de atualização no presente.

Palavras-chave: nomenclatura, terminologia, taxonomia.

ABSTRACT

This work aims to bring some reflections about the Grammatical Brazilian Nomenclature (NGB) in this work. We believe that it is important to know about its history, background and motivations. We also believe that many people do not know why the NGB was proposed in 1959 and some of its advantages and limitations at the time this happened. For this reason, we take along the main occurrences that contextualized the historic moment of the official document release. We still show what great names of the contemporary linguistics think about the necessity of having an official nomenclature. Some opinion discuss the relevance or the irrelevance of it and try to clarify the difference between nomenclature and norm. Finally, it looks extremely important to show some aspects of the nomenclature which conflict not only with traditional concepts but also with theoretical research on Syntax. Thus, we hope the reader can get informed about the NGB from its elaboration in the past to the necessity of an update in the present.

Keywords: nomenclature, terminology, taxonomy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	12
CAPÍTULO II	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Quem nunca se perguntou por que um adjetivo se chama adjetivo? E o substantivo? De onde vem este nome que nós aprendemos na escola ou quando nossos pais nos ensinam gramática em casa? Muitas pessoas passam a vida sem saber as respostas destas perguntas. Alguns se familiarizam com palavras como estas e sabem identificá-las, mas não sabem absolutamente nada sobre a fonte destes nomes. Não estamos falando de significados ou conteúdos. Nomes! Simplesmente nomes! De onde apareceram os nomes com os quais somos carregados de tantos estudos em Língua Portuguesa? Eles vem de uma longa tradição gramatical e foram sendo usados em manuais em geral destinados ao ensino de Língua Portuguesa. Como veremos nesta monografia, os nomes utilizados nessas descrições passaram por um processo de unificação, com a publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Esta nomenclatura é a referência que os livros didáticos das gerações de professores e alunos da segunda metade do século XX passaram a utilizar. Para compreendê-la devemos saber um pouco da história de sua criação, o que nos ajudará a entender nossa relação com ela.

Nosso trabalho se utiliza de pesquisas realizadas por profissionais do ensino de gramática. Na primeira parte o amigo leitor encontrará a parte histórica deste trabalho, seguida da apresentação do documento que causou grande impacto na história do ensino de gramática. A seguir nós nos encontraremos com a parte mais reflexiva desta monografia. Apresentamos como a nomenclatura que foi oficializada é vista pela comunidade intelectual contemporânea, a qual é composta por reconhecidos nomes, seja do ensino ou da descrição de obras relacionadas aos estudos gramaticais. Estas duas primeiras partes foram escritas baseadas nos escritos de Cláudio Cezar Henriques (2009), professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, apresentamos o nosso parecer sobre a nomenclatura com uma análise baseada em estudos teóricos que demonstram a exatidão ou não das denominações encontradas na nomenclatura, considerando a época em que foi proposta e a necessária atualização com base em desenvolvimentos recentes da teoria linguística. Para tanto os escritos de Maria Eugênia Lammoglia Duarte, teórica e professora de Sintaxe da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos serviram de fundamento para alicerçarmos nossas concepções sobre aspectos gramaticais relacionados à área da Sintaxe.

Esperamos que o prezado leitor obtenha prazerosa leitura deste trabalho, adquirindo conhecimento sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira, caso não conheça algum detalhe, entenda sua relevância no cenário do ensino de gramática nas escolas e seja crítico, ao observar os pontos em análise demonstrados nesta obra.

CAPÍTULO I

Por que criaram uma Nomenclatura Gramatical Brasileira, publicada em 1959?

Embora inúmeras vezes citada nas aulas pela sua abreviatura, a NGB é frequentemente confundida como Norma Gramatical Brasileira e não como **Nomenclatura** Gramatical Brasileira, ou seja, uma lista de nomes, parte da necessária metalinguagem usada nos estudos gramaticais para nomear os fenômenos descritos, dando-lhes **nomes**, classificando-os, separando-os em grupos, classes etc. Nasceu desta confusão a motivação para esta Monografia. Por que existe e como foi criada esta lista de nomes que compõem a NGB? A história da criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, a NGB, pode facilmente passar despercebida pela maioria dos estudantes de língua portuguesa da atualidade. Os alunos passam seus anos na escola envolvidos em análises de estruturas com fórmulas e teorias cujas denominações parecem distantes do seu vocabulário usual. Ainda podemos citar os estudantes contemporâneos de Letras. É fato que a maioria absoluta deles desconhece a história da criação dessa nomenclatura oficializada, embora a utilizem em suas aulas de fonologia, morfologia, sintaxe, nos estudos de estilística e literaturas, quando identificam e nomeiam as figuras de linguagem, por exemplo.

Vemos, assim, oportuna ocasião para recordar este momento marcante. Isso porque a proposta de uma nomenclatura gramatical não foi realizada aleatoriamente. Mas por que, então, se viu a necessidade de uma nomenclatura oficial? Como ela foi feita? Quem elaborou o trabalho? Procuraremos responder as questões de forma que permita aos mais antigos lembrar o momento histórico e torná-lo conhecido aos mais jovens.

Para nos ajudar na narração dos fatos, vamos recorrer à obra *Nomenclatura Gramatical Brasileira – 50 Anos Depois*, de Cláudio Cezar Henriques (2009), que traz de forma farta e clara, descrições dos trâmites ocorridos à época. Henriques relata em sua pesquisa a motivação que

levou à composição da NGB, assim como fala sobre os bastidores dos notáveis teóricos que participaram da comissão elaboradora da nomenclatura. Ele começa a explicar a situação que os professores viviam até o fim da primeira metade do século XX: a grande quantidade de diferentes denominações atribuídas a um mesmo termo gramatical. Não havia consenso para os nomes das diferentes classificações dos termos. Os gramáticos, ao analisar os fenômenos da língua, determinavam nomes que lhes parecia mais conveniente. Isso acarretava em muitos nomes para um mesmo fenômeno. Vejamos o exemplo narrado por Antônio José Chediak em seu livro *A Elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, reproduzido por Henriques (2009):

“Estamos em 1956. A Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, que no futuro será conhecida como Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, recebe candidatos de numerosos colégios da capital e do resto do país, inscritos nos seus disputadíssimos exames de habilitação – precursores dos concursos vestibulares que serão moda em nosso país até o século XXI. A banca de língua portuguesa propõe a análise de BOM na frase “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. As respostas obtidas são as seguintes:

Adjunto atributivo;

Adjunto restritivo;

Adjunto limitativo;

Adjunto adjetivo;

Adjunto determinativo;

Adjunto demonstrativo;

Adjunto determinativo demonstrativo;

Complemento atributivo;

Complemento restritivo;

Complemento limitativo;

Complemento adjetivo;

Complemento qualificativo;

Complemento do nome, não preposicionado.

Se o professor é desses que não arredam o pé de suas convicções, logo logo despacha bombeado o aluno que classificou o **bom** de maneira diferente da sua; se é consciencioso, vai aceitando esses nomes todos, não sem antes, é claro, pedir-lhe o título do livro onde estudou, ou o caderno de classe para confirmar uma denominação estranha.”

(CHEDIAK, 1960, pp. 87-88, com adaptações)

Dessa forma, percebe-se a instabilidade que o ensino da língua encontrava em sala de aula. Tanto estudantes, quanto professores eram sujeitos às variações de nomenclaturas disponíveis. Apesar de haver certo nexos entre as definições relacionadas ao termo **bom** mencionado acima, não há como não pensar no grau de subjetividade a que estavam expostos professores e alunos. Conforme bem salienta Chediak (1960), para a aceitabilidade de uma resposta, o aluno estava sujeito ao juízo do professor. Se ele estivesse aberto ao diálogo, bom para o aluno. Se não, era uma questão a menos a ser creditada ao candidato. Isso, considerando a disputa de vagas das cadeiras de Odontologia da então Faculdade Nacional nos anos cinquenta, poderia representar o ingresso ou não do estudante ao Ensino Superior, dado o grau de disputa entre os aspirantes.

Antes de prosseguir com o resumo do curioso relato de Chediak, é preciso dizer que, embora haja certo nexos entre atributivo, qualificativo, restritivo, limitativo, etc., há uma imensa inconsistência no uso de adjunto e complemento. Se na ocasião já se falava em complementos de nomes e de verbos, não há como justificar o uso de complemento para classificar a função de “bom” na estrutura apresentada na prova mencionada.

Situações como a acima descrita eram a realidade do ensino de língua portuguesa na época. Então, com a intenção de buscar uma certa ordenação para os estudos de gramática, o Ministro de Educação e Cultura, Clóvis Salgado, designou uma comissão na portaria ministerial 157/57 (de 24 de abril de 1957) que deveria apresentar uma proposta de simplificação e unificação na terminologia utilizada nos livros didáticos. A comissão foi formada pelos professores catedráticos de Português do Colégio Pedro II, instituição oficial da rede federal de ensino, assim composta: Antenor Nascentes (presidente), Carlos Henrique da Rocha Lima (secretário), Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (filho) e Celso Ferreira da Cunha.

Houve na época grande repercussão com o trabalho que seria realizado pela comissão. Linguistas, professores e filólogos do país inteiro mandaram sugestões. Henriques salienta que “a determinação governamental fez com que o debate sobre o ensino de língua portuguesa despertasse crescente interesse na comunidade educacional, fato antes inegavelmente incomum (p.17)”. É possível perceber o quanto incomodava aos estudiosos não haver a regularização da nomenclatura utilizada nos diversos estudos gramaticais. A participação voluntária dos profissionais nos permite entender o anseio pela resolução da questão. Podemos crer que houve entusiasmo da comunidade acadêmica em dar rumo ao avanço dos estudos gramaticais da língua, utilizando uma nomenclatura que ajudasse alunos e professores e que desfizesse toda a existente profusão de nomes para um mesmo fenômeno.

Assim, em 1959, é promulgada a portaria 36, que indicava a adoção da NGB, devendo entrar em vigor naquele ano letivo. Entretanto, o texto divulgado não foi o do anteprojeto que havia sido enviado ao Ministro. Um ano antes, em 1958, a comissão entregava ao Ministro Clóvis Salgado o *Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, o qual foi alvo de grande polêmica. Henriques, a fim de nos explicar, nos traz uma vez mais às considerações de Chediak - proferidas em palestra sobre os bastidores da NGB na Academia Brasileira de Letras, em 13 de abril de 1999. Chediak, então, diz que o objetivo da NGB era trazer nomes aos termos gramaticais. Simplesmente as denominações. Contudo, o texto do anteprojeto, que ficara ao cargo de Rocha Lima, trazia, além de nomes, conceitos gramaticais de forma sintetizada, isto é, o catedrático esmerou-se em resumir os conceitos de forma sucinta. A mera apresentação das definições não era, contudo, bem vista, uma vez que voltava a ser mais uma teoria entre tantas, além de que o desejo do Ministro era apenas receber uma relação de nomes. Nada mais.

Para deixar a situação ainda mais difícil para aprovação do anteprojeto, foi publicado um livro chamado *132 Restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, da Editora Civilização Brasileira, com 130 páginas, por Romero Jucá (filho), que era um dos membros da comissão elaboradora da

NGB. Essa publicação tinha sido feita antes de o Ministro aprovar o anteprojeto. O caso tomou grande proporção, devido à divulgação por parte da imprensa.

Visto que a sensação de desânimo tomava conta da comissão, uma vez que nenhum integrante quis assumir a relatoria do projeto, o Ministro encontrou uma solução: nomeou três assessores para a reconfiguração do projeto: Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia. Coube a Chediak revisar o trabalho, o que foi feito em uma semana. O projeto, que antes era constituído de trinta e nove páginas, passou a apresentar apenas dezenove. Todos os comentários foram retirados.

Os assessores remeteram o anteprojeto para o crivo da comissão, que o aceitou, fazendo duas modificações: Clóvis Monteiro substituiu o termo “adjunto adjetivo” por “adjunto adnominal”. Já o segundo tópico foi unânime: as quatro estruturas do período composto foram restritas a apenas duas. Assim, a coordenação (orações independentes), subordinação (orações dependentes), justaposição (orações paradedependentes) e correlação (orações interdependentes) foram reduzidas às tradicionais coordenação e subordinação.

Assim que recebeu o anteprojeto, o Ministro Clóvis Salgado o aprovou. Os secretários dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, que estavam no Rio de Janeiro, foram convocados para conhecer o projeto e ajudar a implementá-lo. Em 28 de janeiro de 1959, o Ministério da Educação e Cultura promulgou a Portaria nº 36, que apresentava e recomendava a adoção da então Nomenclatura Gramatical Brasileira. Segue abaixo o texto da portaria:

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB)

Uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de acordo como trabalho aprovado pelo Sr. Ministro Clóvis Salgado, elaborado pela Comissão designada na Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

Rio de Janeiro, 1958. Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura

A Comissão, abaixo assinada, tem a honra de passar às mãos de V.Ex.a o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, já em redação final. O presente Anteprojeto é resultante não só de um reexame, pela Comissão, do primitivo, mas ainda do estudo, minucioso e atento, das contribuições remetidas à CADES pela Academia Brasileira de Filologia do País, pela Secretaria

de Educação do Rio Grande do Sul e, individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português. Releva salientar que a Comissão, ao considerar as modificações propostas, teve sempre em mira a recomendação de V.Ex.a constante da Portaria Ministerial nº 152- “uma terminologia simples, adequada e uniforme”- bem como atender ao tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho:

- a) a exatidão científica do termo;
- b) a sua vulgarização internacional;
- c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

Agradecendo, mais uma vez, nesta oportunidade, a distinção e a confiança com, que contemplou V.Ex.a, a Comissão renova a V.Ex.a os protestos de alto apreço e distinta consideração.

Antenor Nascentes

Clóvis do Rêgo Monteiro

Cândido Jucá (filho)

Carlos Henrique da Rocha Lima

Celso Ferreira da Cunha

Assessores:

Antônio José Chediak;

Serafim Silva Neto;

Sílvio Edmundo Elia

PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959

O Ministro do Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, resolve: Art.1º

- Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art.2º - Aconselhar que entre em vigor: a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959; b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a, a partir dos que se realizarem em primeira época para o

período letivo de 1960.

Clóvis Salgado

DIVISÃO DA GRAMÁTICA: Fonética, Morfologia e Sintaxe

. INTRODUÇÃO:

Tipos de Análise: Fonética, Morfológica e Sintática.

PRIMEIRA PARTE: Fonética

I – A FONÉTICA pode ser: Descritiva, Histórica e Sintática.

II – FONEMAS: vogais, consoantes e semivogais.

1. Classificação das vogais

Classificam-se as vogais:

- a) quanto à zona de articulação, em: anteriores, médias e posteriores;
- b) quanto ao timbre, em: abertas, fechadas e reduzidas;
- c) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais;
- d) quanto à intensidade, em: átonas e tônicas.

2. Classificação de consoantes

classificam-se as consoantes:

- a) quanto ao modo de articulação, em: oclusivas, constrictivas: fricativas, laterais e vibrantes;
- b) quanto ao ponto de articulação, em: bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais e velares;
- c) quanto ao papel das cordas vocais, em: surdas e sonoras; d) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais.

III

1. Ditongos –

Classificam-se os ditongos em: crescentes e decrescentes; orais e nasais.

2. Tritongos – Classificam-se os tritongos em: orais e nasais.

3. Hiatos.

4. Encontros Consonantais. Nota: Os encontros – ia, ie, io, ua, eu, uo finais, átonos, seguidos ou não de s, classificam-se quer como ditongos, quer como hiatos uma vez que ambas as emissões existem no domínio da Língua Portuguesa: histó-ri-a e histó-ria; sé-ri-e e sé-rie; pá-ti-o e pá-tio; ár-du-a e ár-dua; tê-nu-e e tê-nue; vá-cu-o e vá-cuo.

IV

Sílaba

Classificam-se os vocábulos, quanto ao número de sílabas, em: monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos

V

Tonicidade:

1. Acento: principal e secundário.

2. Sílabas: átonas: pretônicas e postônicas; subtônicas; tônicas.
3. Quanto ao acento tônico, classificam-se os vocábulos em: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.
4. Classificam-se os monossílabos em: átonos e tônicos.
5. Rizotônico; arrizotônico.
6. Ortoepia.
7. Prosódia. Nota: São átonos os vocábulos sem acentuação própria, isto é, os que não têm autonomia fonética, apresentando-se como sílabas átonas do vocábulo seguinte ou do vocábulo anterior. São tônicos os vocábulos com acentuação própria, isto é, os que têm autonomia fonética. Pode ocorrer que, conforme mantenha, ou não, sua autonomia fonética, o mesmo vocábulo seja átono numa frase, porém, tônico em outra. Tal pode acontecer, também, com vocábulos de mais de uma sílaba: serem átonos numa frase, mas tônicos em outra.

SEGUNDA PARTE

Morfologia

Trata a Morfologia das palavras:

1. Quanto a sua estruturação e formação.
2. Quanto a suas flexões e
3. Quanto a sua classificação.

I - Estrutura das palavras:

- a) Raiz; Radical; Tema; Afixo; prefixo e sufixo; Desinência: nominal e verbal; Vogal temática; Vogal e Consoante de ligação.
- b) Cognato.

II – Formação das palavras:

- 1 – Processo de formação de palavras: Derivação; Composição;
- 2 – Hibridismo.

III – Flexão das palavras: quanto à sua flexão as palavras podem ser: variáveis ou invariáveis.

IV - Classificação das palavras: substantivos, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

I – Substantivos

1. Classifica-se os substantivos em: comuns e próprios; concretos e abstratos.
2. Formação do substantivo: primitivo e derivado; simples e composto.
3. Flexão do substantivo:
 - a) em gênero: masculino; feminino, epiceno; comum de dois gêneros; sobrecomum.
 - b) em número: singular e plural;
 - c) em grau: aumentativo; diminutivo.

II – Artigo

1. Classificação do artigo: definido, indefinido.
2. Flexão do artigo:
 - a) gênero: masculino e feminino;
 - b) número: singular e plural.

III – Adjetivo:

1. Formação do adjetivo: primitivo e derivado; simples e composto.
2. Flexão do adjetivo:
 - a) em gênero: masculino e feminino;
 - b) em número: singular e plural;
 - c) em grau: comparativo de igualdade; de superioridade (analítico e sintético); de inferioridade. Superlativo: relativo (de superioridade de inferioridade); absoluto (sintético e analítico).
3. Locução adjetiva.

IV – Numeral:

1. Classificação do numeral: cardinal, ordinal, multiplicativo e fracionário.
2. Flexão do numeral: em gênero: masculino e feminino; em número: singular e plural.

V – Pronome

1. Classificação do pronome: pessoal: reto, oblíquo (reflexivo, não reflexivo); de tratamento; possessivo; demonstrativo; indefinido; interrogativo; relativo. Nota: Os que fazem as vezes de substantivos chama-se pronomes substantivos; os que acompanham os substantivo, pronomes adjetivos.
2. Flexão do pronome: a) em gênero: masculino e feminino. b) em número: singular e plural. c) em pessoa: primeira, segunda e terceira.
3. Locução pronominal.

VI – Verbo

1. Classificação do verbo: regular, irregular, anômalo, defectivo, abundante, auxiliar.
2. Conjugações: três são as conjunções: a primeira com o tema terminado em “A”; a Segunda com o tema terminado em “E”; a terceira com o tema terminado em “I”. Nota: O verbo “pôr” (e os dele formados) constitui anomalia da 2ª conjugação.
3. Formação do verbo: primitivo e derivado; simples e composto.
4. Flexão do verbo:
 - a) de modo: indicativo, subjuntivo e imperativo; b) formas nominais do verbo: infinitivo: pessoal (flexionado e não flexionado), impessoal; gerúndio; particípio;
 - c) de tempo: presente; pretérito: imperfeito (simples e composto); perfeito (simples e composto); mais que perfeito (simples e composto); futuro do presente (simples e composto) e do pretérito (simples e composto). Nota: A denominação futuro do pretérito (simples e composto) substitui a de condicional (simples e composto);

- d) de número: singular e plural;
 - e) de pessoa: três são as pessoas do verbo: 1ª, 2ª e 3ª;
 - f) de voz: ativa; passiva (com auxiliar, com pronome apassivador); reflexiva.
5. Locução verbal.

VII – Advérbio:

1. Classificação do advérbio:
 - a) de lugar; de tempo; de modo; de negação; de dúvida; de intensidade; de afirmação;
 - b) advérbios interrogativos: de lugar, de tempo, de modo, de causa.
2. Flexão do advérbio: de grau: comparativo; de igualdade, de superioridade e de inferioridade; superlativo absoluto (sintético e analítico); diminutivo.
3. Locução adverbial. Notas:
 - a) Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração.
 - b) Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação retificação, afetividade, realce, etc.

VIII – Preposição:

1. Classificação das preposições: essenciais, acidentais.
2. Combinação.
3. Contração.
4. Locução prepositiva.

IX – Conjunção:

1. Classificação das conjunções: coordenativas: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas; subordinativas: integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais, proporcionais e conformativas.
Nota: As conjunções que, porque, porquanto, etc., ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chama-se explicativas, no segundo, causais.

2. Locução conjuntiva

X - Interjeição

Locução interjectiva.

XI

1. Palavra.
2. Vocábulo.
3. Sincretismo. Sincrético.
4. Forma variante.
5. Conetivo.

TERCEIRA PARTE

Sintaxe

A – Divisão da sintaxe:

- a) Concordância: nominal e verbal.
- b) Regência: verbal e nominal
- c) Colocação.

Nota: Na colocação dos pronomes oblíquos, adotem-se as denominações de próclise, mesóclise e ênclise.

B – Análise Sintática:

I – Da Oração:

1. Termos essenciais da oração: sujeito e predicado.

- a) Sujeito: simples, composto, indeterminado; oração sem sujeito.
- b) Predicado: nominal, verbal, verbo-nominal.
- c) Predicativo: do sujeito e do objeto.
- d) Predicação verbal: verbo de ligação; verbo transitivo (direto e indireto); verbo intransitivo.

2. Termos integrantes da oração:

- a) complemento nominal;
- b) complemento verbal: objeto (direto e indireto);
- c) agente da passiva.

3. Termos acessórios da oração:

- a) adjunto adnominal;
- b) adjunto adverbial;
- c) aposto.

4. Vocativo

II – Do período:

1. Tipos de período: simples e composto.
2. Composição do período: coordenação e subordinação.
3. Classificação das orações:
 - a) absoluta;
 - b) principal;
 - c) coordenada: assindética; sindética: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa;
 - d) subordinada
 - substantiva: subjetiva, objetiva (direta e indireta), completiva-nominal, apositiva, predicativa;
 - adjetiva: restritiva, explicativa
 - adverbial: causal, concessiva, condicional, conformativa, comparativa, consecutiva, final, proporcional e temporal.

As orações subordinadas podem apresentar-se, também, com os verbos numa de suas FORMAS NOMINAIS; chamam-se, neste caso, reduzidas: de infinitivo, de gerúndio, de particípio, as quais se classificam como as desenvolvidas: substantivas (subjetiva etc.), adjetivas adverbiais (temporais etc.).

Notas:

1. Coordenadas entre si podem estar quer principais, quer independentes quer subordinadas (desenvolvidas ou reduzidas).

2. Devem ser abandonadas as classificações:

- a) de lógico e gramatical, ampliado e inampliado, completo e incompleto, total, parcial, para qualquer elemento oracional;
- b) de oração quanto à forma (plena, elítica etc.), quanto ao conetivo (conjuncional, não conjuncional, relativa).

3. Na classificação da oração subordinada bastará dizer-se: oração subordinada substantiva (subjativa etc.); oração subordinada adjetiva (restritiva, explicativa); oração subordinada adverbial (causal etc.).

APÊNDICE

I – Figuras de Sintaxe – Anacoluto, elipse, pleonasmo e silepse.

II – Gramática Histórica – Aférese, altura (som), analogia, apócope, assimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), consonantismo, dissimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), ditongação, divergente, elisão, empréstimo, epêntese, etimologia, haplologia, hiperbibasmo, intensidade (som), metáfase, mesalização, neologismo, palatalização, paragoge, patronímico, prótese, síncope, sonorização, substrato, superstato, vocalismo, vocalização.

III – Ortografia – Abreviatura, alfabeto, dígrafo (grupo de letras que representam um só fonema. Ex.: ch (chave), gu (guerra), qu (quero), rr (carro), lh (palha), ss (passo), nh (manhã);²¹ homógrafo, homônimo, letra (maiúscula e minúscula). Notações léxicas: acento agudo, grave, circunflexo, apóstrofo, cedilha, hífen, til e trema, sigla.

IV – Pontuação – Aspas, asteriscos, colchete, dois-pontos, parágrafo (§), parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, cedilha, travessão, vírgula.

V – Significação das palavras – Antônimo, homônimo, sentido figurado.

VI – Vícios de linguagem – Barbarismo, cacofonia, preciosismo, solecismo.

O livro de Henriques tem grande importância histórica - até diríamos, por trazer à memória a história dos bastidores da NGB, quase desconhecida pelas novas gerações de alunos, professores e demais interessados nos estudos linguísticos. Lançada no ano de 2009, a obra permite aos estudantes de Letras em geral uma contextualização sobre o panorama político da época em que foi elaborada a portaria. É como se fosse possível conhecer o “outro lado da história”. Afinal, não nos é nem um pouco difícil encontrar críticas à Nomenclatura Gramatical Brasileira (lembramos que Candido Jucá já havia publicado sua crítica a NGB antes mesmo da divulgação do documento). A verdade é que, em nossas graduações, nos diversos centros acadêmicos, passamos os anos de nossos

períodos letivos envoltos em estudos que nos ensinam a criticar a NGB. Em muitas ocasiões analisamos as incongruências apontadas pelos estudos linguísticos mais recentes. É como se o documento da portaria 36 de 1959 do Ministério da Educação e Cultura fosse um malvado vilão que, sem qualquer razão, se regozija em praticar maldades com a esperança de que um dia surja um “herói” que seja capaz de derrotá-lo, eliminá-lo. Henriques, portanto, nos permite conhecer as motivações e necessidades do momento histórico em que a constituição de uma NGB se tornou uma realidade.

Ainda para enriquecer a discussão do tema, nosso autor buscou a opinião de notáveis estudiosos professores e pesquisadores dos estudos gramaticais que respondessem ao seguinte questionamento: “Por que, hoje, ainda há (ou não há mais) necessidade de uma nomenclatura gramatical uniforme no ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio?” (p.69). Henriques coletou cinquenta respostas que variam em tamanho e aprofundamento da questão. Talvez para não pressionar os colegas, sugeriu que não seria necessário mais do que dois ou três parágrafos. Também podemos pensar que houve certa preocupação em relação à quantidade de conteúdo que seria acrescentada ao livro, por questões de edição. O resultado foi variado tipo de respostas. Alguns teóricos seguiram à risca a sugestão de Henriques e se expressaram dentro de um a três parágrafos. Outros enriqueceram os comentários com discussões mais elaboradas.

Naturalmente não houve unanimidade entre as opiniões. Contudo, poucos foram aqueles que consideraram desnecessária a existência de uma nomenclatura gramatical uniforme para os níveis fundamental e médio. Por outro lado, as considerações favoráveis à nomenclatura não deixaram de fazer suas ressalvas. Não iremos, entretanto, falar sobre todas as opiniões. Apenas algumas servirão como exemplo de alguns pontos de vista.

Podemos começar com algumas opiniões contrárias à manutenção de uma nomenclatura gramatical. Alguns teóricos fazem confusão entre a necessidade de haver uma nomenclatura para os elementos gramaticais e a existência de variações linguísticas. Obviamente os fenômenos de variação e mudança estudados pela Linguística são extremamente importantes, mas nada tem a ver com a existência de uma nomenclatura gramatical que simplifique a terminologia gramatical para fins de ensino escolar. Desta

forma, a questão de Henriques não é respondida, uma vez que o comentário confunde estudos da Sociolinguística com ensino de gramática. É o que vemos em:

“A nomenclatura gramatical, como o próprio nome diz, está voltada para uma descrição estanque da gramática de uma variedade da língua, a padrão. Nesse sentido, propostas de renovação da NGB ou de renomeação da NGB são inócuas, pois não alteram a visão de mundo sobre o que é uma língua nacional ali inscrita.” (p.75)

No caso acima vemos que a preocupação do comentarista é de que a NGB é um empecilho para a consagração das variações gramaticais existentes. A terminologia gramatical, segundo esta opinião, não deve ser unificada, simplificada, mas – ao contrário, deve ser estimulada em sua diversidade para que os usuários desenvolvam seu conhecimento a partir de suas próprias “gramáticas internas” com o uso de suas terminologias que adquiriram naturalmente. Discordamos severamente disso que foi dito. Acreditamos que, como ocorre com muitos estudantes, o autor do comentário faz confusão entre nomenclatura e norma, ou pior, com nomenclatura e variação linguística. Um adjetivo, seja ele próprio de grupos jovens, seja ele usado por pessoas mais velhas e conservadoras, será sempre um adjetivo. Um sujeito de uma oração será sujeito na fala ou na escrita, esteja ou não em relação de concordância com o verbo. A NGB é uma lista de nomes que visa facilitar o ensino gramatical no âmbito escolar. Ela também não foi imposta, mas sugerida quando de sua promulgação. Sua ampla propagação pelo território nacional se deu por conta da ampla aceitação das entidades educacionais, que viram nela a saída para o “caos” que as diversas denominações terminológicas causavam. Entretanto, a nomenclatura não determina regras, não desenvolve conceitos, nem se impõe como “gramática dominante”. Ela simplesmente denomina elementos gramaticais que são comuns a todas as gramáticas. Não concordamos, assim, com o comentário.

Alguns negaram a necessidade de uma nomenclatura oficial. Encontram nela um instrumento governamental que inviabiliza a produção descritiva da língua, o que caracterizaria aspecto político em ação para interferir contra a ciência e arte: “A ideia de uma nomenclatura veio de um grande preconceito contra a linguística, quando se distanciou

da tradição gramatical, porque a linguística passou a ver a linguagem como um sistema que deveria ser descrito e não como um sistema que deveria ser seguido.” (p.92) Neste caso vemos que a preocupação do comentarista é voltada para o reconhecimento das variações que ocorrem na língua. Entende que, ao existir uma nomenclatura gramatical determinada em razão de lei, as variações existentes nos diversos territórios do país são condenadas a serem julgadas como uso impróprio da língua por não estar em concordância com a língua estabelecida como padrão. O teórico acredita que a população deve possuir liberdade para estudar as diversas gramáticas existentes nas variações e, assim, poder escolher àquela que mais lhe agrada. Em nossa visão, a organização da terminologia em uma nomenclatura que facilita o ensino dos estudantes em sala de aula nada atrapalha o estudo de variação linguística, conforme já explicado anteriormente.

Opiniões como as demonstradas acima são encontradas entre os estudiosos que acreditam que a língua deve ser estudada com a máxima aproximação cultural, política e ideológica dos usuários. Ao conceberem a língua como elemento crucial para a construção da identidade social, tais estudiosos acreditam que instrumentos como a NGB representam um empecilho para o desenvolvimento dos saberes individuais, pois dão referência padronizada a elementos que podem ser variáveis de região para região, grupos etários, étnicos entre outros. Entendemos que isso é relativo ao uso da língua, mas não ao ensino de gramática. Por mais variadas que sejam os falares do português, os falantes deverão na adolescência e na fase adulta frequentar a escola onde deverão lidar com a gramática.

Não são, porém, todos os que defendem o aspecto social ou a variação da língua que se opõem ao uso organizado das terminologias. Algumas respostas chegaram a Henriques sem um “sim” ou “não”, mas foram explanadas conforme a complexidade que os teóricos entenderam que a questão apresenta. Desta forma, o entendimento expresso na resposta é de que existem pontos a considerar na existência da NGB, assim como nos avanços linguísticos desde então:

“Na contemporaneidade, entre a vigência de uma nomenclatura gramatical, codificada há cinquenta anos, e as tendências de variação e mudança linguística apontadas pelas pesquisas orientadas para a dinamicidade dos processos linguísticos, impõe-se uma distância

gradiente entre a contenção da escrita e a plasticidade da fala, a exigir uma contínua revisão dos enquadres terminológicos e descritivos inventariados.” (p.78)

Percebemos claramente que a menção à época em que a nomenclatura foi oficializada (“cinquenta anos”) dá a entender que há, por parte do crítico, entendimento de que o processo de unificação e simplificação das terminologias gramaticais tiveram, então, suas justificativas para serem criadas naquele período. O teórico acredita que, conforme apontam os estudos de variação e mudança, a não atualização das terminologias oficiais, sim, causaram o distanciamento entre a escrita, presa a formalidade, e a fala, mais informal. Portanto, diz que não é que a NGB em si seja nociva ao ensino e aprendizagem, mas o fato de não haver ocorrido qualquer reconhecimento aos estudos linguísticos pelo governo. Mais uma vez a ideia errônea de confundir nomenclatura com norma se faz perceber. Independentemente de quaisquer evoluções que haja na fala ou mesmo na escrita, os termos gramaticais precisam ter seus nomes. O sujeito será sempre o sujeito, o adjetivo, adjetivo e assim por diante. Como já dissemos antes, a importância da NGB é para organização do ensino. Desta forma, a atualização da nomenclatura se deve a necessidade de apresentar aos estudantes e professores a evolução do ensino teórico de gramática, que precisa dispor de uma terminologia atualizada. Então, se os estudos gramaticais encontrarem alguma inadequação quanto a algum elemento denominado erroneamente na NGB, estes estudos devem apresentar a forma mais adequada de analisar o fenômeno e, assim, deve ser atualizado na nomenclatura para que os estudantes e professores possam ligar rótulos a conceitos de maneira lógica. A variação e mudança, por sua vez, tratam apenas de formas diferentes de apresentação dos fenômenos da língua. Por exemplo, se dissermos “nós vamos” ou “nós vai” não mudará de forma alguma a denominação da classe gramatical (pronome e verbo, respectivamente) e da função sintática (sujeito e predicado (ou predicador nas teorias recentes)).

Quanto aos que declaradamente consideram que deve, sim, haver uma nomenclatura oficial para o ensino de gramática nos níveis fundamental e médio, temos a esmagadora maioria das opiniões. Contudo, veremos que a crença de uma atualização é necessária é bastante recorrente. Não iremos colocar muitas respostas para não tornar o texto cansativo.

Perceberemos, entretanto, que há certo consenso nas opiniões expressas. Aqueles que têm a experiência de sala de aula sabem da importância de haver uniformização da terminologia. Vejamos:

“Não consigo entender a resistência aos rótulos gramaticais. Para mim, fica a sensação de que as pessoas estão subestimando a inteligência dos aprendizes. Até posso entender que a juventude anda por aí, nos *blogs* da vida, e resiste a incorporar um tipo de conhecimento mais tradicional. Mas, isso acontece apenas até chegar a hora de procurar um emprego fixo (público). A partir daí, corre todo mundo para os “cursinhos” para “aprender a maldita gramática”, com todas as figuras de linguagem e tudo o mais.” (p.71)

Está claro que o crítico entende que os estudantes se preparam para um dia ingressar no mercado de trabalho. Ao contrário dos teóricos anteriores, que acreditam que através do posicionamento crítico os alunos se tornam melhores seres humanos, aqui se pensa no aluno que deve adquirir conhecimento para se lançar na atividade profissional, que devem conquistar através de seus esforços o que desejam, realizando-se por seus feitos. Trata-se de uma visão mais pragmática. O comentário possui o tom de quem lida com fatos do dia-a-dia. Refere-se à experiências vividas e observações feitas. O ensino de sistemas metalinguísticos deve preparar os estudantes para vencer desafios, alcançar ideais. Não significa que o aprendiz não seja capaz de criticar, de analisar. Apenas há mudança de foco de práticas de socialização para a de superação de metas, representadas por exames de avaliação, capacidade de trabalhar em grupo, desenvolvimento de habilidades de liderança etc. Esta visão se ajusta ao modo de vida capitalista contemporâneo. Através da competição saudável entre os aprendizes e consigo mesmo, aprende-se a estruturar o perfil que os alunos exercerão em seus empregos, em suas empresas ou em atividades de serviço público, conforme mencionado. Apenas acrescentamos que o ensino deve ir além da capacitação profissional. Deve ser voltado para a vida como um todo, sem – contudo – deixar de se preocupar com a profissionalização dos cidadãos.

Alguns comentaristas defendem a nomenclatura gramatical por reconhecerem a problemática situação do ensino de gramática na primeira metade do século XX. Entendem,

assim, que a NGB é uma ferramenta essencial para dar suporte ao ensino nas escolas. Encontramos alguns comentários que aludem às nomenclaturas de outras ciências. Na matemática, medicina, biologia entre outras os nomes dos termos raramente variam. A razão disso é que é preciso tornar o ensino simples, a fim de possibilitar sua propagação: “é impossível universalizar o conhecimento sem o suporte de uma padronização terminológica.” (p.84) Neste caso vemos que reconhecer a importância da NGB vai além da adoção de alguma ideologia, mas sim da compreensão de que a atividade da docência em gramática encontra obstáculos na área da terminologia, que devem ser superados. Desta forma, ainda que haja problemas na nomenclatura, ela (a nomenclatura) tornou o trabalho do professor mais organizado.

Outro ponto importante que foi abordado trata de mostrar os benefícios advindos com a NGB. Problemas históricos foram resolvidos com a nomenclatura:

“Houve, porém o grande mérito de eliminar algumas incoerências ou contradições (por exemplo, o antigo modo condicional, que passou a ser entendido apenas como um tempo, e a chamada quarta conjugação verbal que projetava um grave erro de interpretação ou análise mórfica do verbo pôr e seus cognatos).” (p.85)

Vemos que o comentarista conhece com propriedade o contexto panorâmico da nomenclatura gramatical. Além das soluções já repetidamente mencionadas, houve a redefinição das questões mencionadas e provavelmente de outras. Com isso percebemos o quão injusto se torna o enfatizar apenas críticas à nomenclatura, por conta das inconformidades com os conhecimentos linguísticos atuais, enquanto ela foi idealizada para sanar problemas no ensino gramatical de sua época. Além disso, na mesma resposta a Henriques somos informados das intenções e planejamentos da comissão elaboradora da nomenclatura:

“É bom não esquecer que um dos propósitos dos idealizadores da NGB jamais foi cumprido: o de uma revisão a cada cinco anos, não só para corrigir defeitos percebidos, mas também para atualizar o acervo

nomenclatural com novos termos necessários, neutralizando a oposição que se criou entre gramática e linguística.” (p.85)

Portanto, a comissão não realizou seu trabalho com a intenção de dar prioridade a uma variação da gramática, excluir os falantes de outras variedades, ou impor uma visão teórica sobre as demais. O que se intentou de forma política e integrada foi formar consenso inicial, deixando para os estudiosos apresentar melhorias conforme os avanços linguísticos fossem reconhecidos e absorvidos em uma atualização da nomenclatura.

Notamos, desta forma, que há uma interseção entre as linhas de pensamento mais extremas: a que considera a NGB um instrumento de autoritarismo daquela que entende que sem NGB não existe estudo gramatical. Na verdade a nomenclatura existe apenas para facilitar o ensino, uma vez que “se cada professor usasse uma nomenclatura diferente, o aluno, saltando de uma terminologia para outra, gastaria muito mais tempo do que hoje em seu aprendizado” (p.86). Assim a nomenclatura gramatical não é totalitária. Muito pelo contrário, ela visa a incluir todos os habitantes do território nacional:

“Umberto Eco (1976) manifestou sua discordância, porque, em sua opinião, não há nada mais democrático do que a língua falada por uma comunidade. Para ele, as regras não são imposições, mas um acordo social que garante a comunicação entre seus membros. Nossa visão de língua coincide, nesse aspecto, com a de Umberto Eco” (p.89)

A verdade é, podemos então dizer, que não ficou proibido discordar da NGB. Os termos gramaticais podem receber sinônimos que se enquadrem mais especificamente dentro da visão especulativa de alguma teoria linguística. O que pode contribuir para uma melhor resolução da desatualização da terminologia gramatical, segundo nossa visão, é haver estreita relação entre os órgãos oficiais de educação e a comunidade científica, para que haja diálogo sobre a melhor e mais eficiente desenvolvimento dos estudos gramaticais.

Há também algumas opiniões que convergem para o entendimento de que o trabalho de desenvolver exercícios metalinguísticos, em que a NGB seja a fonte na qual se basear,

deve ser realizado no momento certo. Há quem considere que ela só deve ser ensinada em uma determinada etapa:

“A reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento também tem lugar na escola, mas ela deve ser deixada para etapas avançadas da escolarização, depois que o aprendiz tiver se apoderado eficazmente da leitura e da escrita. Assim como só se aprende química, física, biologia no ensino médio, a abordagem da língua como objeto de ciência também deveria ser deixada para essa fase do aprendizado.” (p.100)

Aqui encontramos a ideia de que os estudos dos sistemas que são apresentados nas gramáticas escolares deveriam ser trabalhados apenas no ensino médio. No ensino fundamental os alunos estariam envolvidos em atividades de leitura e escrita, para massificar a interpretação e produção de textos. O foco no texto faz parte do entendimento contemporâneo sobre a prática docente. O aluno deve ser capaz de interagir com textos e apresentar ponto de vista crítico. Desta forma, acredita-se que o estudante se formará um cidadão capaz de exercer ativamente sua cidadania.

Entendemos que é crucial o fato acima, mas acreditamos que para a absorção de qualquer tipo de conhecimento, torna-se necessário não somente o trabalho qualitativo, mas também o quantitativo. Deixar o estudo de análise gramatical para os últimos três anos da vida estudantil, que faz parte da formação obrigatória dos estudantes pode ser viável para os alunos que já apresentarem facilidade para o aprendizado, mas para todos? É bem conhecido em sala de aula que alguns ou muitos alunos apresentam dificuldades para internalizar alguns conceitos. Quantas vezes não ouvimos que uma pessoa passou toda sua vida sem entender o que é um *objeto direto*, um *adjunto adnominal* ou um *adjunto adverbial*? Uma vez mais entendemos que o mais democrático é oferecer a mesma oferta de ensino, que assegure igualdade de condições para todos os que terão seus conhecimentos postos à prova.

Finalmente iremos aqui expor a opinião que mais se aproxima daquela em que acreditamos. Cremos que o ensino pode ser dividido de acordo com a faixa etária dos

estudantes. Conforme as fases da vida passam, a capacidade cognitiva do ser humano também se expande. Assim, é importante saber o que trabalhar na infância, na adolescência e assim por diante:

“Lembrando um artigo de Ziraldo, publicado há anos num jornal carioca, acredito sinceramente que a criança deve chegar ao final das quatro primeiras séries do curso fundamental “lendo e escrevendo”, além de saber fazer as quatro operações, “como quem respira.” E, para que isso aconteça, é indispensável que os autores de livros didáticos abandonem o desnecessário (e mesmo prejudicial) ensino de gramática. Só assim a criança chegará a segunda metade do ensino fundamental pronta para adquirir conhecimentos sobre a gramática de sua língua, bem como sobre história, geografia e ciências, ingredientes necessários à sua formação ” (p.104)

Lidar com a NGB, então, pode ser benéfico, se for feito de forma eficiente. Antes de analisar a língua, a criança precisa dominar a técnica de leitura e escrita, assim como as operações matemáticas básicas citadas acima. Atividades de análise são próprias para aqueles que já dominam os fundamentos de qualquer matéria. Então, cremos que o ensino de gramática deve ser administrado gradativamente em complexidade a partir da segunda metade do ensino fundamental, desde que a construção de leitura e escrita estejam definitivamente bem estruturadas. No ensino médio o trabalho de análise com base na nomenclatura gramatical atualizada deve ser contínuo com maior complexidade. Ainda no mesmo comentário encontramos a opinião que fecha nossa seleção de comentários:

“E a Nomenclatura Gramatical Brasileira, em vigor desde 1959 não é ruim. Alguns pequenos acertos, e ela poderia continuar a ser usada. O excesso de termos, uma sofisticação indesejada, considerando o nível a que ela se destina, poria em risco sua real utilidade.” (p.104)

A expressão “não é ruim” nos dá a entender que a NGB é positiva em sua essência. Conforme vimos em algumas respostas e no decorrer do livro de Henriques, o objetivo dos elaboradores da portaria 36 de 1959 era trazer ordem ao caos. Os estudos gramaticais eram

difíceis de administrar, devido ao diversificado ofertório de terminologias para os mesmos termos, além de alguns conceitos que divergiam do entendimento a que já haviam chegado à época, como no exemplo do “modo condicional”. Podemos achar que a nomenclatura é um instrumento de domínio, mas a grande maioria de nós não estava nas salas de aula do período progresso do documento. Como agiríamos? E como seria hoje nossa realidade sem uma NGB, com tantas teorias linguísticas em pesquisas nas universidades? Como estariam nossos livros didáticos? Alguns podem até acreditar que todos os brasileiros estariam hábeis em dominar diferentes variações da gramática. Outros podem alegar que o desentendimento seria tão grande a ponto de não sermos mais capazes de nos entendermos nas salas de aula através das diversas regiões do Brasil.

É indispensável dizer que em praticamente todas as respostas, especialmente as favoráveis à manutenção de uma nomenclatura oficial, é recorrente a ênfase em dizer que a NGB precisa de atualização. Quando Henriques publicou seu livro em 2009, o documento celebrava seu cinquentenário. Hoje já passamos dos sessenta anos! Incrivelmente não houve uma revisão com o mesmo dimensionamento nacional que fora feito na década de cinquenta. Tivemos, sim, acordos ortográficos que, ao invés de atender as demandas nacionais com que os professores lidam diariamente em sala de aula, visaram à harmonização da escrita do Português entre Brasil, Portugal e os demais países africanos de fala portuguesa. Esse esforço, embora tentemos entender a preocupação em simplificar a ortografia, está longe de atender a verdadeira demanda almejada hoje pelos estudiosos de gramática, assim como os estudiosos daquela época desejavam a padronização dos nomes dos termos gramaticais.

Acreditamos que falta ainda ao governo brasileiro conceber caráter científico ao ensino gramatical. Da mesma forma que não há como imaginar as ciências exatas sem as devidas atualizações, não pode ser diferente para as ciências gramaticais. Vemos nos noticiários as informações mais atualizadas sobre tratamento de doenças, evoluções de medicamentos, avanços nas engenharias civil, mecânica, elétrica, neurociência, a robótica, as pesquisas biológicas, as espaciais entre outras. Também a corrida tecnológica entre as grandes empresas de telefonia e de informática em geral, que nos impressionam com os gráficos que vemos nos filmes e nos vídeo games, estão sempre nos assuntos mais falados

nas redes sociais e redes de notícias. Os países mais desenvolvidos do mundo precisam, inclusive, estar no topo dos achados científicos e tecnológicos mais inovadores. No momento em que estamos escrevendo esta monografia, o mundo está em uma verdadeira competição entre países para definir qual deles vai apresentar a vacina contra o Corona Vírus. Desta maneira, se não existem movimentos oficiais para atualizar a NGB, entendemos que os estudos linguísticos não desfrutam da mesma credibilidade dos estudos das ciências exatas.

Ainda que não haja a tão esperada renovação da NGB, contudo, o que se vê hoje é que os teóricos se utilizam da liberdade que têm para classificar os elementos gramaticais conforme os estudos mais recentes podem comprovar. Isso tem possibilitado que livros didáticos sejam produzidos sem as grandes discrepâncias que ocorriam no passado, pois as fontes descritivas em que se buscam as fontes bibliográficas são geralmente as mesmas. Entretanto, há sempre o cuidado em se referir à nomenclatura oficial, uma vez que ela ainda está em vigor. Porém, com tanto tempo de discussões sobre os temas mais trabalhados em sala de aula, acreditamos que os gramáticos contemporâneos dominam suficientemente o conteúdo que respeita à nomenclatura, mas é maduro o suficiente para ir além.

Até aqui vimos os fatos que ocorreram no momento da elaboração da portaria 36 de 1959 do Ministério da Educação e Cultura. Pudemos tomar conhecimento de alguns detalhes dos bastidores do evento que nos permitem compreender algumas peculiaridades da equipe comissionada. Acreditamos que estes fatos favorecem a melhor compreensão da existência da NGB e talvez até a aceitação dela, com as devidas atualizações. Para melhores detalhes nós realmente recomendamos a leitura na íntegra do livro de Cláudio Cezar Henriques de que nos utilizamos como uma de nossas bibliografias aqui. Conhecer um pouco da história da nossa nomenclatura enriquece nosso conhecimento, nos dá base para nos aprofundarmos nas análises linguísticas e nos faz ganhar mais admiração pelos admiráveis conhecedores desta ciência tão envolvente que é a gramática.

Após a parte histórica e a legislação em si vimos alguns pareceres de estudiosos que, a pedido de Henriques, enviaram suas ideias a respeito da relevância da NGB nos dias de hoje. Para não correr o risco de expressar erroneamente as opiniões dos peritos, colocamos em forma de citação os comentários. Esperamos ardentemente que isto não

tenha causado enfado em nosso querido leitor. Escolhemos, portanto, um número bastante reduzido de participações justamente para não deixar demasiadamente cansativa a leitura. A seguir apresentaremos alguns dos pontos que apresentam necessidade de revisão da nomenclatura com base em estudos linguísticos mais recentes.

CAPÍTULO II

Alguns problemas resultantes da NGB

Este capítulo será dedicado a alguns comentários sobre as vantagens e alguns problemas decorrentes das propostas de simplificação advindas pela NGB. Nosso ponto recairá apenas sobre a parte relativa à sintaxe. De fato, quando comparamos as inúmeras classificações oferecidas pelos candidatos que fizeram a prova de odontologia relatada na primeira seção desta Monografia, não há dúvidas de que a escolha sobre “adjunto adnominal” para representar a função de “bom” em “o bom brasileiro” viria não só a facilitar o trabalho dos escritores de livros didáticos e o ensino do Português nas escolas, mas viria também a ajudar a entender a diferença entre adjunto e complemento.

Há, entretanto, duas simplificações que viriam a trazer complicações para o ensino (cf. Duarte 2007). Uma delas se refere ao uso do “objeto indireto” para o verdadeiro objeto indireto, que tem o papel temático de alvo, recipiente e o traço [+humano], e o complemento relativo, também regido por preposição, mas que não equivale ao dativo, tendo o papel temático de tema, tal como o objeto direto, como vemos nos exemplos em (1a) e (1b):

1a) Ele deu dinheiro aos pobres.

1b) Eu dividi o pão com os pobres.

Como vemos, o objeto indireto pode ser substituído pelo pronome oblíquo *lhe*, o que não é possível com o complemento relativo:

2a) Ele deu-lhes o dinheiro.

2b) *Eu dividi-lhes o pão.

Outra simplificação diz respeito à retirada da função de complemento circunstancial do quadro de funções sintáticas, igualando-o ao adjunto adverbial. Ora, sabemos que um complemento é selecionado pelo predicator (3a) e é diferente de um adjunto, termo não selecionado (3b) que expande o SV:

3a) Eu levei as crianças ao colégio. / Eu moro no centro da cidade.

3b) As crianças brincam no colégio. / Eu trabalho no centro da cidade.

Assim, o professor se viu diante de um impasse ao tratar os complementos de verbos como “pôr”, “colocar”, “deixar”, “morar”, “ir”, como se fossem adjuntos só pelo fato de veicularem a noção de circunstância, particularmente de lugar e modo.

Como sabemos através dos estudos gramaticais que vimos na escola, os termos da oração também aparecem em forma de oração (sintagmas oracionais). Tomando como base a simplificação acima ilustrada, o mesmo ocorre com a classificação das orações subordinadas substantivas, que também exclui a função de complemento relativo. Então, os sintagmas preposicionais (SP), que vemos em (1), classificados respectivamente como objeto indireto em (a) e complemento relativo em (b) refletem na classificação tradicional feita como *subordinada substantiva objetiva indireta*. Vejamos o exemplo abaixo:

4) O governo necessita [de que os impostos se elevem].

Primeiramente precisamos ter em mente que, de acordo com os estudos de Duarte (2007) em seu texto *Termos da Oração*, o termo da oração que seleciona os argumentos da oração é o *predicador*. Este predicador é o responsável por projetar os termos que são os constituintes que respondem as questões “quem necessita?” e “necessita de quê?”. Os elementos que preenchem as posições arguidas são chamados de *argumentos do predicador*. Desta forma, o constituinte que se encontra à esquerda do predicador é chamado *argumento externo*, se tiver o traço [+agentivo] ou [+experienciador]. Já o elemento que se localiza à direita do predicador é o *argumento interno*. Portanto, no exemplo acima, temos “O governo” como argumento externo, ao passo que “de que os impostos se elevem” como o argumento interno. Este argumento interno (“de que os impostos se elevem”) é classificado como oração subordinada objetiva indireta, visto ser o nome oferecido na nomenclatura. Observemos, contudo, que apesar de ser regido por preposição, este elemento não possui as mesmas características observadas em (1a), quer dizer, não pode ser substituído pelo pronome oblíquo *lhe* (ou pronome dativo). A oração de (4), que recebe da tradição o nome de oração subordinada substantiva objetiva indireta, dentro da simplificação proposta pela NGB. Rocha Lima, que manteve sua antiga classificação, apesar de ter feito parte da comissão que propôs a NGB, manteve tanto a distinção entre o objeto indireto e o complemento relativo como a distinção entre complemento circunstancial e o adjunto adverbial. Quadros mais recentes (cf. Mira Mateus et al 2003) classificam a oração com a função de complemento relativo como *Oração Completiva de Verbo* com a função de Complemento Oblíquo.

Não encontramos entre as chamadas orações substantivas uma que exerça de fato a função de objeto indireto nem complemento circunstancial. Entretanto, nos estudos linguísticos são contempladas as Orações Relativas Livres (orações que se iniciam pelo pronome relativo sem haver um antecedente expresso), que podem exercer todas as funções, exceto a de aposto. Em (5a) encontramos uma oração subordinada que preenche os requisitos do objeto indireto e em (5b) a de complemento circunstancial:

5a) A escola dará um prêmio [a quem se destacar na pesquisa].

5b) Ele mora onde seus pais nasceram].

O predicador “dará” seleciona três argumentos (*alguém* dará *alguma coisa* a *alguém*). O argumento externo é o sujeito “A escola”, o primeiro argumento interno é o objeto direto “um prêmio”, enquanto que o segundo argumento interno é a oração entre colchetes “a quem se destacar na pesquisa”. Ao atentarmos para a oração em destaque, percebemos que ela é regida por preposição e possui o aspecto [+animado], representado pelo relativo sem antecedente “quem”. Podemos também substituir toda a oração pelo pronome *lhe*:

5a’) A escola lhe dará o prêmio.

Acreditamos que aqui encontramos a ocorrência do objeto indireto como estrutura oracional, pois a oração acima é gramatical e atende aos requisitos que configuram o objeto indireto. O mesmo se pode dizer da subordinada em (5b), que pode ser substituída por um Sintagma Adverbial (SADV):

5b) Ele mora ali.

Mas uma das situações mais conflitantes da simplificação em sintaxe diz respeito à classificação das orações subordinadas adverbiais. Quando vimos a lista da nomenclatura gramatical na primeira seção acima, encontramos na terceira parte, 4 –II a lista dos nomes das orações subordinadas adverbiais. São nove: causal, concessiva, condicional, conformativa, comparativa, consecutiva, final, proporcional e temporal. Entretanto, podemos separar esta relação de orações em dois grupos distintos. Vamos retomar os exemplos de Duarte (2007) para melhor entendermos:

6a) O mendigo morreu, [porque passou muito frio].

6b) [Como passou muito frio], o mendigo morreu.

7a) Ele sobreviveu [embora tenha passado muito frio].

7b) [Embora tenha passado muito frio], ele sobreviveu.

8a) Ele sairá da prisão, [se mostrar bom comportamento].

8b) [Caso mostre bom comportamento], sairá da prisão.

9a) Ele viajará para Portugal, [quando obtiver o visto / ao obter o visto].

9b) [Quando obtiver o visto], ele viajará para Portugal.

10a) Ela tem estudado bastante [para conseguir boas notas].

10b) [Para que Maria consiga boas notas], o Mario tem estudado com ela.

11a) Os voos estão atrasados, [conforme mostra o painel].

11b) [Conforme mostra o painel], os voos estão atrasados.

Neste primeiro grupo encontramos as seguintes orações subordinadas adverbiais, respectivamente: causais (6a-b), concessivas (7a-b), condicionais (8a-b), temporais (9a-b), finais (10a-b), conformativas (11a-b). Podemos observar que em todas as orações subordinadas em (b) acima foram movidas para antes de sua principal. Todas as inversões geraram orações gramaticais, que mantiveram o sentido expresso pela circunstância adverbial. Esta propriedade de poder se deslocar dentro da sentença é própria do adjunto adverbial, o que caracteriza as orações subordinadas adverbiais.

Agora observemos o comportamento das orações abaixo:

12a) Os rapazes gritaram tanto [que ficaram sem voz].

12b) *Que ficaram sem voz [os rapazes gritaram tanto].

13a) Quanto mais a menina crece [tanto mais ela fica bonita].

13b) *[Tanto mais a menina fica bonita] quanto mais ela crece.

14a) Os funcionários falam mais [do que trabalham].

14b) *[Do que (os funcionários) trabalham] eles falam mais.

Encontramos nas orações de (12-14) um padrão diverso do que vimos no grupo anterior acima. Embora a NGB as relacione entre as adverbiais, elas não se configuram da mesma forma. Em (12a) encontramos a oração classificada como “adverbial consecutiva”. Mas, ao tentarmos inverter a posição das orações, logo percebemos que é impraticável. Em (b) temos uma construção *agramatical*, indicada pelo asterisco (*) no início da sentença. Assim, não é possível mover a segunda oração. O mesmo ocorre com a oração classificada como adverbial proporcional em (13a) e na oração adverbial comparativa em (14a). As tentativas de deslocamento realizadas em (13b) e (14b) resultaram em mais construções agramaticais. Então, como a característica da oração adverbial é sua capacidade de mover-se conforme seja o desejo do usuário, entendemos que as orações dos exemplos de (12a, 13a e 14a) não são orações adverbiais.

Mas, então, como classificá-las? Duarte nos fala sobre tais orações, também estudadas por Rodrigues (2007). que retoma os estudos de Oiticica (1942; 1952) sobre as orações que o autor chamava de *Correlatas*. Trata-se de estruturas fixas que não podem ser movidas. Tal é a natureza de sua rigidez que não é possível distinguir a oração principal e a subordinada. Portanto, estamos diante de um fenômeno que não se enquadra dentro da subordinação nem da coordenação. As duas estruturas são, na verdade, interdependentes e o que produz essa interdependência tem a ver com a existência de pares correlatos, como

tanto... que, tanto mais... quanto mais, mais... do que. Daí o nome correlatas.. Duarte ainda nos mostra que teorias mais atuais contemplam igualmente essas orações, tratando-as num grupo à parte, chamadas de *Construções de Graduação e Comparação* (Mateus *et al.* 2003) ou *Construções de Grau* (Raposo *et al.* 2013).

Não tratamos de um importante aspecto relativo à transitividade verbal, que não se encontra nem na tradição gramatical nem na NGB, porque nosso interesse era discutir a NGB. Trata-se da distinção entre verbos intransitivos e inacusativos, uma distinção que só apareceria no âmbito dos estudos linguísticos. Enquanto aqueles selecionam um argumento [+agentivo / +/-animado] (externo) – O homem trabalha – esses selecionam um argumento [-agentivo / +/-animado] (interno) – Morreu o homem / O homem morreu- Caiu o ministério / O ministério caiu. – Chegou a encomenda – A encomenda chegou.

Situações como as que citamos acima são decorrentes do que acreditamos ser um “exagero” da simplificação da nomenclatura gramatical. É claro que reconhecemos a grande importância da NGB, que consideramos indispensável. Afinal, vimos a que tipo de problemas estavam sujeitos professores e estudantes com a diversidade de nomes que eram dados aos termos gramaticais. Apenas acreditamos que não se resolve um problema criando outro problema. Ora, como fica a situação do professor que precisa explicar a diferença entre objeto direto e complemento relativo ao aluno mais atento, uma vez que talvez nem o docente saiba o que é complemento relativo? E em que momento o estudante poderá se utilizar de tal conhecimento, uma vez que a posição oficial em concursos e vestibulares é a de seguir as gramáticas que seguem a NGB?

Precisamos considerar o tempo em que a portaria 36 de 1959 do Ministério da Educação foi promulgada. Hoje muitos professores desconhecem a história que relatamos aqui. A unificação contribuiu para distanciar os estudantes dos estudos que apresentavam com mais riqueza de detalhes os processos que vimos aqui e muitos outros. Acreditamos que atualizações são sempre necessárias. O reconhecimento de fenômenos que são comprovadamente reais não vai tornar o estudo gramatical mais complexo. Na verdade quanto mais lógica e próxima da realidade do povo que usa os recursos linguísticos for a análise de tais fenômenos, mais interessante se tornará para o estudante. Afinal, ele deixará de decorar conceitos e rótulos sem os entender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a leitura desta monografia tenha proporcionado a apreensão da significância da NGB. Quando vimos o cenário que contextualizou a ânsia por sua criação, pudemos ver que não se tratou de brilhantismo ou genialidade de quem quer que seja. Era uma necessidade, uma vez que a popularização do ensino de gramática crescia, aumentando as demandas sobre um consenso terminológico. Ainda que tenhamos também visto que as opiniões contraditórias existem, é inegável que a nomenclatura oficial é benéfica para a estruturação dos trabalhos de professores e de alcance para todos os alunos. Não vemos algo mais democrático do que permitir a pessoas privilegiadas e as menos afortunadas o direito ao acesso a um conteúdo regular. Sabemos que a oferta ainda não é a mesma para todos os alunos qualitativa e, mesmo após tanto tempo, quantitativamente.

Acreditamos que o esforço empreendido por aqueles que tornaram possível a realização deste empreendimento deve ser reconhecido. E este conhecimento não se resume a homenagens e comemorações pelos feitos realizados. Devemos, sim, continuar o trabalho, criticando as partes que devem ser renomeadas de acordo com os estudos demonstrados no capítulo 2, por exemplo. Nossa luta deve ser em prol da atualização da nomenclatura, sua melhoria. Ela é um instrumento ímpar na estruturação do ensino de gramática e deve continuar seu trabalho de permitir aos estudantes um ensino organizado pelas diversas regiões do Brasil.

Finalizamos com o desejo de que a leitura deste trabalho incentive o despertar pela valorização dos estudos gramaticais baseados em uma nomenclatura gramatical atualizada. É imprescindível que a dinâmica entre as academias e as instituições governamentais busquem a melhor proposta para a readequação da terminologia. Para isso, é importante ouvir os linguistas, gramáticos, professores e também alunos. Afinal, devemos lembrar sempre que o alvo principal da NGB é permitir àqueles que estão na fase do aprendizado, adquirirem conhecimento de forma simplificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Maria Eugênia L., Termos da Oração, In. Vieira S. R. & Brandão S. F.; Contexto; 2007.

DUARTE, Maria Eugênia L., Coordenação e Subordinação; In. Vieira S. R. & Brandão S. F.; Contexto; 2007.

HENRIQUES, Claudio Cezar; *Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois*; ed. Parábola; 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARBOSA, P. Cap. 36 Subordinação Argumental Finita In: E. Raposo *et alii* (orgs) 2003, pp. 1821-1897.

CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, C. F. da & CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KURY, A. da G. *Pequena Gramática para a explicação da nomenclatura gramatical*. 9ª ed. ver. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1964.

LOBO, M. Cap. 38 Subordinação Adverbial. In: E. Raposo *et alii* (orgs.) 2003, pp. 1981 – 2057.

MARQUES, R. Cap. 40 Construções de Grau. In: E. Raposo *et alii* (orgs) 2003, pp. 2141 – 2173.

MIRA MATEUS, M. H. *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

PERINI, M. A. *Para uma Nova Gramática do Português*. São Paulo: Ática, 1985.

PONTES, E. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Ed. Pontes, 1987.

RAPOSO, E. *et alii* (Orgs) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2013.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 32ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.

VELOSO, R. Cap. 36 Subordinação Relativa In: E. Raposo *et al.* (orgs) 2013, pp. 2061-2134.